

GD



A



**Gestão
dos Direitos
dos Artistas**



**Relatório de Atividades
2018**



Índice

Introdução	5
Distribuição	7
Análise Económica e Financeira	8
Cobranças	8
Gastos	9
Taxa de administração	11
Deduções Legais e Estatutárias.....	11
Órgãos Sociais	12
a) Assembleia – Geral.....	12
b) Direção	12
c) Conselho Fiscal.....	13
Organização Interna da Cooperativa... 	14

ANEXOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

I. Balanço Individual	3
II. Demonstração de Resultados por Naturezas.....	4
III. Demonstração de Fluxos de Caixa... 	5
IV. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
V. Anexo às Demonstrações Financeiras	7
VI. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	22
VII. Certificação Legal de Contas	24





Introdução

Os objectivos da GDA para 2018, elencados no respetivo “Plano de Atividades”, foram “grosso modo” cumpridos, excetuando-se aqueles que dependem de fatores externos, de que são exemplo a inexistência de decisão judicial sobre o “eterno” problema do contencioso com os operadores televisivos, ou ainda, o incumprimento e dificuldade negocial com a PT-MEO (ALTICE).

A cobrança dos fonogramas continuou a ser feita em parceria com a AUDIOGEST, através da PassMúsica, a qual se constituiu como entidade autónoma de artistas e produtores fonográficos, enquanto que o audiovisual foi cobrado em conjunto com os produtores videográficos e de audiovisual (GEDIPE).

Registe-se que as cobranças totalizaram aproximadamente 10.475 M€, valor que ultrapassa o orçamentado em 35%, resultado que muito se deve à receita proveniente da Cópia Privada e da Retransmissão por Cabo e Satélite.

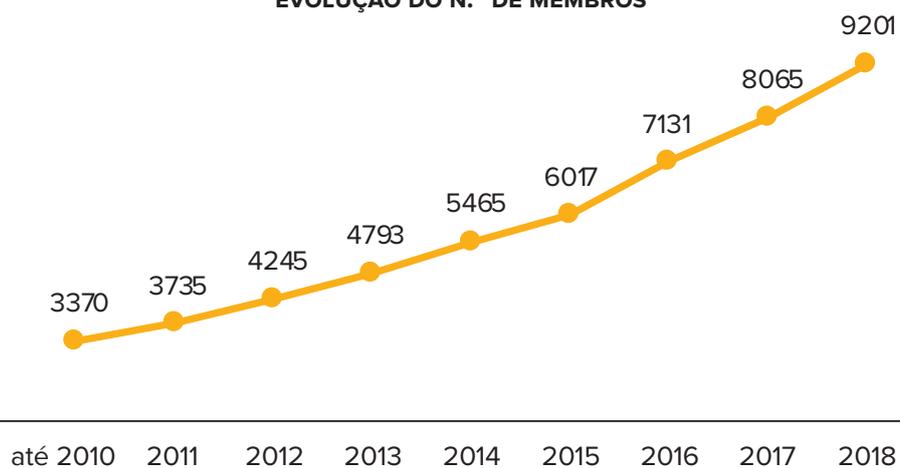
No capítulo das despesas, as mesmas continuaram a obedecer à permanente preocupação de uma gestão racional dos meios financeiros ao dispor, mas tendo presente que é necessária uma contínua otimização do serviço prestado aos cooperadores e administrados, onde os meios tecnológicos constituem uma solução indispensável, mas de custo oneroso.

Obviamente que este investimento que vai sendo feito tem reflexos na distribuição de direitos, cujo departamento conta com uma eficiente e meritória equipa e um Diretor de reconhecida competência técnica.

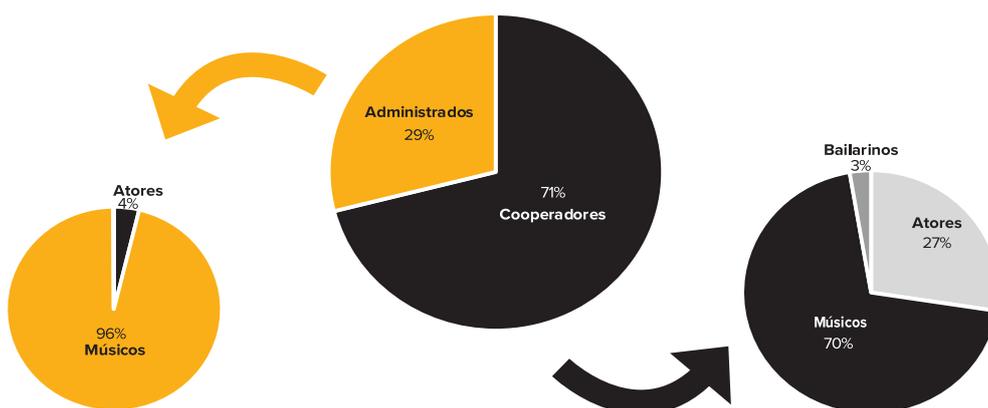
O planeamento efetuado permitiu que as distribuições de fonogramas e de audiovisual ficassem temporalmente niveladas, como foram os casos dos anos 2011 a 2016 (incluindo as respetivas revisões), quer a nível nacional, quer a nível internacional. Foram ainda concretizadas a distribuição dos direitos de fonogramas relacionados com as rádios (TSF e RR).

É de toda a justiça afirmar que os objectivos alcançados pela GDA se devem à qualidade profissional e humana de todos os que integram a cooperativa, razão pela qual a Direção lhes endereça uma saudação de agradecimento e louvor pelo trabalho desenvolvido em prol dos seus membros, cujo número de inscritos ativos em 31 de Dezembro de 2018 está espelhado nos gráficos que se seguem.

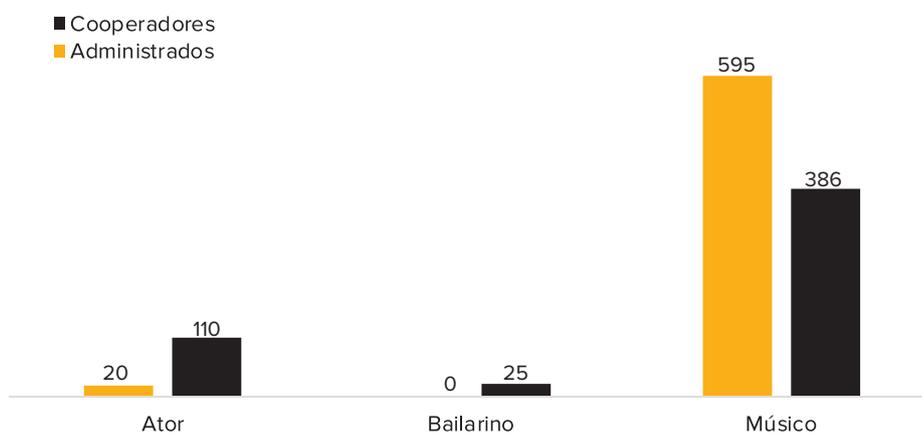
EVOLUÇÃO DO N.º DE MEMBROS



COOPERADORES E ADMINISTRADOS



INSCRIÇÕES 2018



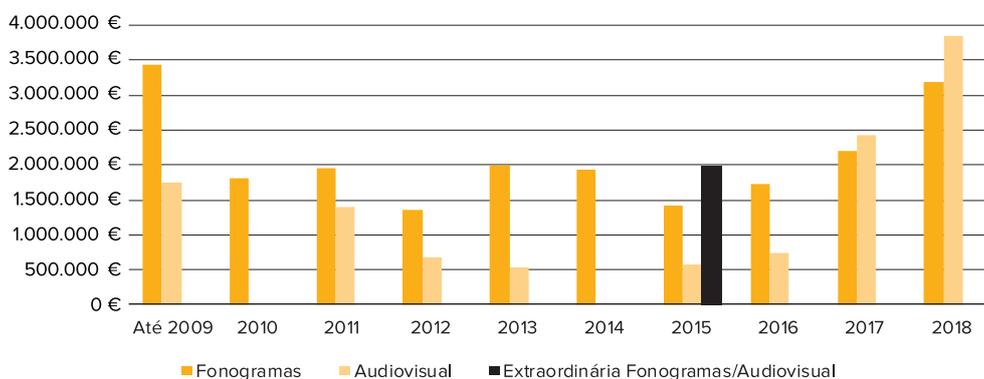
Distribuição

O ano de 2018 representa o culminar de um processo de aproximação das distribuições de Audiovisual e de Fonogramas, as quais desde 2016 colocaram na rua seis distribuições ordinárias de Audiovisual e três distribuições ordinárias de Fonogramas.

Com efeito, em 2018 a GDA procedeu à distribuição ordinária de Fonogramas – ano de direitos de 2016 – e às distribuições ordinárias de Audiovisual – anos de direitos 2015 e 2016 – concretizando, assim, um objectivo de longa data que terá duas consequências relevantes que se farão sentir em 2019: a unificação das fases de comunicação e de pagamento dos dois sistemas de distribuição, ADV e FNG; e o encurtar do tempo que medeia entre a cobrança e a respetiva colocação em pagamento dos direitos.

Desta forma, 2018 torna-se uma marca na história da distribuição de direitos da GDA: é o ano em que a distribuição de Fonogramas e a distribuição de Audiovisual acertaram o passo.

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS



Análise Económica e Financeira

Toda a informação que é legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, a título complementar, e para melhor compreensão das contas que se apresentam e colocam à apreciação, apresentamos de forma mais resumida as principais rubricas de receitas e despesas desenvolvidas durante o ano 2018, resultante do plano de atividades e orçamento aprovados.

Cobranças

Analisando as cobranças de direitos efetuadas ao longo do ano de 2018, registamos um crescimento desta rubrica, face ao valor orçamentado, de cerca de 35%, reproduzido no quadro abaixo indicado:

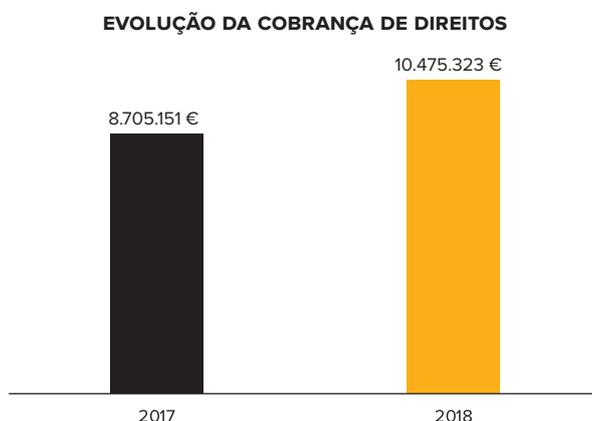
COBRANÇA DE DIREITOS	2017	ORÇ. 2018	2018	Δ% EXEC./ORÇ.	% TOTAL COBRANÇA
Retransmissão por cabo e satélite	2.236.954,86 €	2.280.000,00 €	3.082.344,24 €	35%	29%
Rádiodifusão	1.256.526,73 €	1.238.000,00 €	1.161.318,66 €	-6%	11%
Execução Pública Fonogramas	1.960.770,00 €	1.570.000,00 €	3.069.244,00 €	95%	29%
Execução Pública Audiovisual	575.000,00 €	600.000,00 €	500.000,00 €	-17%	5%
Cópia Privadas	2.675.899,87 €	2.100.000,00 €	2.638.182,88 €	26%	25%
Portaria Extensão	-	-	24.233,00 €	100%	0%
	8.705.151,46 €	7.788.000,00 €	10.475.322,78 €	35%	100%

O contributo dado pela cobrança da *Cópia Privada*, resultante da aplicação da “nova” Lei, a qual entrou em vigor em 5 de julho de 2015, manteve em 2018 a evolução dos anos anteriores, tendo sido responsável por 25% do total da cobrança da Cooperativa.

A Execução em espaços públicos, quer a relativa à área de fonogramas, em parceria com a Audiogest sob a marca “Passmúsica”, quer a parceria tida com os produtores de audiovisual, a Gedipe, no seu conjunto representaram cerca de 34% da cobrança total realizada no corrente ano.

A cobrança de direitos nas áreas da Retransmissão por cabo e satélite e Radiodifusão, foram responsáveis por 29% e 11% respetivamente.

Apresentamos de seguida um quadro que apresenta a *evolução das cobranças de direitos* para o período 2017 / 2018.



Gastos

No que se refere aos gastos globais da Cooperativa no ano de 2018 destacam-se as seguintes rubricas:

1) Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresenta na sua globalidade um aumento, face ao ano de 2017, de cerca 9,3%.

	ANO 2018	ANO 2017	Δ %
Trabalhos especializados	491.491,11 €	461.374,52 €	6.5%
Publicidade e propaganda	5.426,27 €	9.700,44 €	-44.1%
Honorários	33.573,70 €	17.606,00 €	90.7%
Conservação e reparação	10.935,38 €	3.679,71 €	197.2%
Outros fornec. Serviços	7.022,49 €	12.867,35 €	-45.4%
Ferramentas e utensílios	15.666,22 €	6.539,03 €	139.6%
Material de escritório	9.340,25 €	16.595,93 €	-43.7%
Artigos para oferta	12.654,40 €	7.000,00 €	80.8%
Electricidade	13.510,48 €	12.742,08 €	6.0%
Combustíveis	3.397,71 €	3.137,20 €	8.3%
Deslocações e estadas	38.483,29 €	33.640,15 €	14.4%
Rendas e alugueres	27.958,54 €	25.913,84 €	7.9%
Comunicação	36.544,86 €	43.872,84 €	-16.7%
Seguros	7.257,77 €	7.292,60 €	-0.5%
Despesas de representação	26.502,30 €	14.024,55 €	89.0%
Limpeza, higiene e conforto	10.228,58 €	10.453,03 €	-2.1%
	749.993,35 €	686.439,27 €	9.3%

Pela sua natureza este grupo agrega várias sub-rubricas relevantes para o funcionamento da cooperativa, verificando-se que os Fornecimentos e serviços externos apresentam uma variação e 9,3% face ao período anterior (mais cerca de 63.500€), para os quais passamos a fazer uma breve apreciação:

- **Trabalhos especializados** – verifica-se um desvio desfavorável (mais 30 mil Euros) que no ano de 2017, cerca de 6,5%, que resulta da atualização do valor relativo à licença anual da plataforma “Outsystems”;
- **Honorários** – registou-se um aumento de cerca 91% no ano de 2018 (mais 16 mil Euros), face ao ano de 2017, que resulta de entre outras do novo contrato de assessoria jurídica no âmbito do projeto PassMúsica;
- **Conservação e Reparação** – esta rubrica apresenta um aumento face ao ano 2017, que resulta dos contratos de manutenção afetos às novas instalações e que foram executados na integra no ano 2018.
- **Ferramentas e utensílios** – regista um desvio desfavorável face ao período anterior (mais 9.127 Euros), foram feitas aquisições de alguns equipamentos destinados às novas instalações;
- **Material de escritório** – esta rubrica registou uma poupança, tendo sido apurado um desvio favorável de cerca 44% (menos 7.255 Euros), que resulta da estabilidade na aquisição destes materiais para as várias áreas de trabalho da Cooperativa;
- **Deslocação e Estadas** – o desvio desfavorável apurado de 14% resulta da participação em eventos promovidos pelas Federações internacionais (mais 4.843 Euros);
- **Despesas de representação** – esta rubrica apresenta um desvio desfavorável de 89%, face ao ano 2017 (mais 12.500 Euros), esta situação resulta dos gastos associados à organização do encontro feito no âmbito da SCAPR, realizados na cidade de Lisboa, da qual a GDA foi o organizador, tendo suportado algumas despesas que não haviam sido consideradas em orçamento;

2) Gastos com o Pessoal

Em 2018 a rubrica gastos com o pessoal registou o valor total de 1.104.776 euros, refletindo um ligeiro aumento de cerca de 2% face ao ano 2017.

Taxa de Administração

Em 2018 apuramos uma taxa de administração de 19,4%, em linha com a do ano 2017 (20%) e inferior à prevista em orçamento (22%).

Deduções Legais e Estatutárias

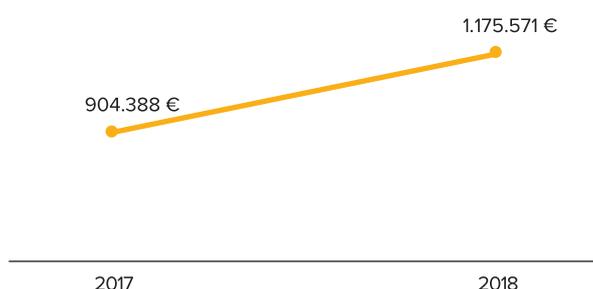
Fundo Social e Cultural

É afeta uma percentagem, aprovada em Assembleia Geral de 15% dos direitos cobrados pela Cooperativa, a atividades sociais e de assistência aos seus cooperadores, a ações de formação, promoção das suas obras, à criação cultural e artística, nos termos da Lei das Entidades de Gestão.

Tal como acontece desde 2012, é a Fundação GDA que desenvolve e executa estas ações, sobre as quais se anexa o respetivo relatório.

Apresentamos de seguida um quadro que apresenta a *evolução das deduções para o Fundo Social e Cultural* para o período 2017/2018.

EVOLUÇÃO DEDUÇÕES FUNDO CULTURAL E SOCIAL



Fundo Reserva de Contencioso

De acordo com os Estatutos, constituiu-se ao longo dos anos uma reserva destinada ao pagamento das despesas de contencioso, neste caso conforme deliberação em Assembleia-Geral a taxa que tem vindo a ser aplicada é de 5%. Este fundo destina-se à defesa dos direitos da Cooperativa e dos seus Cooperadores.

À semelhança do que aconteceu no ano de 2017, a Direção da GDA entendeu não se justificar o reforço deste fundo, dado que o valor existente é suficiente para as despesas previstas no âmbito dos presentes processos em contencioso, situação que proporciona um acréscimo dos valores de direitos a distribuir a todos os titulares de direitos.

Órgãos Sociais

São Órgãos Sociais da Cooperativa: a Assembleia-Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

A) ASSEMBLEIA – GERAL

É o órgão máximo da Cooperativa e as suas deliberações, tomadas nos termos gerais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos da cooperativa e para todos os cooperadores desta. É constituída por todos os membros no pleno exercício dos seus direitos.

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL	
Presidente	Rui Mendes
Vice-Presidente	Carlos Costa
Secretario	Mário Andrade

B) DIREÇÃO

A Direção é composta por treze cooperadores: um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e dez vogais, sendo ainda eleitos dois suplentes.

A composição deste órgão reflete a diversidade de titulares de direitos no universo dos Cooperadores. O Presidente da Cooperativa é por inerência o responsável máximo de qualquer outra Entidade criada diretamente pela

Cooperativa, de que é exemplo a constituição em 2010 da Fundação GDA, para a prossecução de fins sociais, culturais e cívicos.

DIREÇÃO	
Presidente	Pedro Wallenstein
Vice-Presidente	Luis Sampaio
Tesoureiro	Carlos Vieira de Almeida
Vogal Executivo	Cláudia Cadima
Vogal Executivo	Miguel Guedes
Vogal Consultivo	João Nuno Represas
Vogal Consultivo	José Moz Carrapa
Vogal Consultivo	Joclécio de Azevedo Moura
Vogal Consultivo	João Afonso
Vogal Consultivo	Carla Chambel
Vogal Consultivo	Cristina Q.
Vogal Consultivo	Valter Lobo
Vogal Consultivo	Augusto Portela
Vogal Suplente	Joana Brandão
Vogal Suplente	Tim

C) CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem como missão, nos termos do Estatuto, fiscalizar as contas da Cooperativa e garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras.

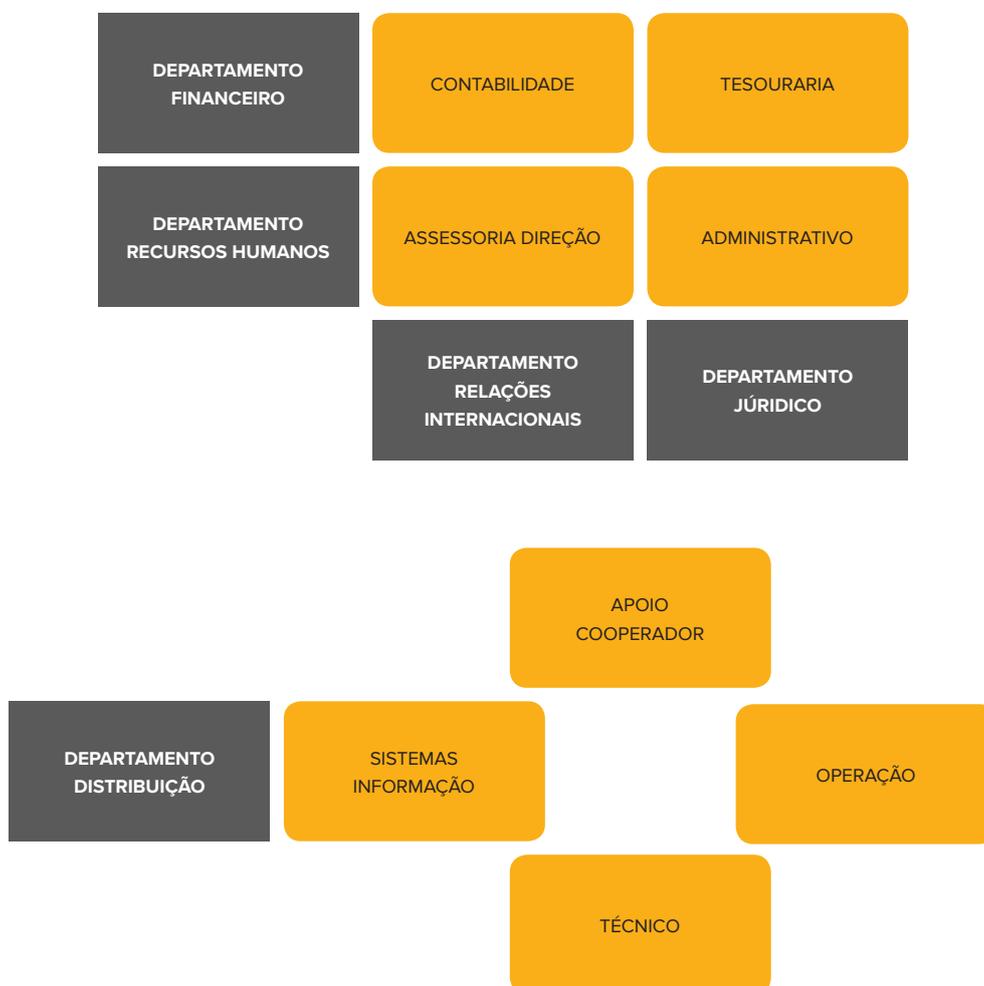
Este órgão é composto por três membros efetivos: um Presidente, um Secretário e um Vogal, sendo este último um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que acompanhará atividade financeira e contabilística da Cooperativa, emitindo Parecer nos termos dos Estatutos e da legislação aplicável.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Margarida Rosa Rodrigues
Secretário	Beto Betuk
Vogal	Romão & Vicente – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Dr. Leonel Dias Vicente
Suplente ROC	<i>Dr. Justino Romão</i>
Suplente	<i>Vítor Fonseca/Cifrão</i>

Organização Interna da Cooperativa

A estrutura interna da Cooperativa conta com 27 colaboradores que se encontram distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:

DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS



Lisboa, 24 de abril de 2019

A Direção

Anexos



**Gestão
dos Direitos
dos Artistas**

Prestação Contas

Ano 2018



Índice

I.	Balanço Individual	3
II.	Demonstração de Resultados por Naturezas	4
III.	Demonstração de Fluxos de Caixa	5
IV.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
V.	Anexo às Demonstrações Financeiras	7
VI.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	22
VII.	Certificação Legal das Contas	24

I. Balanço

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETARIA €

RUBRICAS	NOTAS (Anexo)	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	4	2 517 135,82	2 588 501,03
Activos Intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	6	2 585,69	1 482,02
		2 519 721,51	2 589 983,05
ACTIVO CORRENTE			
Créditos a Receber	7	3 982 112,27	2 787 873,94
Estado e Outros Entes Publicos	8	3 008,26	4 318,21
Diferimentos	9	38 340,65	36 103,54
Outros Activos Correntes	10	17 045 595,88	14 918 305,20
Caixa e Depósitos Bancários	11	9 970 386,57	10 001 417,82
		31 039 443,63	27 748 018,71
TOTAL DO ACTIVO		33 559 165,14	30 338 001,76
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos - Cooperadores	12.1	154 439,99	141 364,99
Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	12.2	410 797,16	825 416,58
		565 237,15	966 781,57
Resultado Liquido do Periodo		0,00	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		565 237,15	966 781,57
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	13	540 590,82	615 724,45
		540 590,82	615 724,45
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	11 830,16	51 818,39
Estado e Outros Entes Publicos	8	38 445,13	111 963,39
Diferimentos	9	3 000,00	0,00
Financiamentos Obtidos	13	74 733,70	74 506,76
Outros Passivos Correntes	15	32 325 328,18	28 517 207,20
		32 993 927,99	29 371 220,19
TOTAL DO PASSIVO		33 559 165,14	30 338 001,76
TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E DO PASSIVO		33 559 165,14	30 338 001,76

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23168)

A Direcção



II. Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETARIA €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS (Anexo)	PERÍODOS	
		Ano 2018	Ano 2017
Vendas e Serviços Prestados	17	2 027 819,55	1 770 929,63
Subsídios, Doações e Legados à Exploração		0,00	3 144,15
Fornecimentos e Serviços Externos	18	-749 993,35	-686 439,27
Gastos Com o Pessoal	19	-1 104 776,50	-1 084 103,28
Aumentos/Reduções Justo Valor	20	-398 667,99	0,00
Outros Rendimentos	21	725 335,76	532 210,50
Outros Gastos	22	-393 373,72	-244 238,58
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		106 343,75	291 503,15
Gastos /Reversões de Depreciação e Amortização	4	-73 621,65	-259 131,98
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		32 722,10	32 371,17
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		0,00	0,00
Juros e Gastos Similares Suportados	23	-14 912,10	-16 671,17
Resultados Antes de Impostos		17 810,00	15 700,00
Imposto Sobre o rendimento do Período	24	-17 810,00	-15 700,00
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23168)

A Direção

III. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária €	
		Período	
		Ano 2018	Ano 2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		9 601 836,43	10 467 655,63
Pagamentos a fornecedores		-789 981,58	-799 212,16
Pagamentos ao pessoal		-800 993,00	-807 622,36
Pagamento de Direitos / Cooperadores		-2 470 121,28	-2 733 325,96
Caixa gerada pelas operações		5 540 740,57	6 127 495,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-7 168,95	-4 542,00
Outros recebimentos/pagamentos		-2 502 597,43	-1 576 604,11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3 030 974,19	4 546 349,04
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	-2 256,00	-540 004,32
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	10	-3 000 000,00	-1 691 234,41
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		130,00	0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	21	16 864,35	29 213,56
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 985 261,65	-2 202 025,17
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos	12.1	13 075,00	10 675,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		0,00	2 10 452,42
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-74 906,69	-73 100,66
Juros e gastos similares	23	-14 912,10	-16 671,17
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-76 743,79	131 355,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-31 031,25	2 475 679,46
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		10 001 417,82	7 525 738,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 970 386,57	10 001 417,82

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23168)

A Direção



IV. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais			Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos - Cooperadores	Ajustamentos/ Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	130 689,99	410 797,16	0,00	541 487,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
FUNDOS - COOPERADORES		10 675,00			10 675,00
	2	10 675,00	0,00	0,00	10 675,00
AJUSTAMENTOS ATIVOS FINANCEIROS	3		414 619,42	0,00	414 619,42
			414 619,42	0,00	414 619,42
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	4=1+2+3	141 364,99	825 416,58	0,00	966 781,57
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	5	141 364,99	825 416,58	0,00	966 781,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
FUNDOS - COOPERADORES	12 1	13 075,00		0,00	13 075,00
	6	13 075,00		0,00	13 075,00
AJUSTAMENTOS ATIVOS FINANCEIROS			-414 619,42		-414 619,42
	7		-414 619,42		-414 619,42
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	8=4+5+6+7	154 439,99	410 797,16	0,00	565 237,15

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23168)

A Direção

14
to6
↓

V. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, com sede na Avenida Defensores de Chaves, 46, A e B em Lisboa, NIPC 503 594 504, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º 6151, foi constituída no ano de 1996 e tem como objecto social a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes.

- 1.1. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

- 2.1. As Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2018 foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Cooperativa, de acordo com o regime de normalização para entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo compreende:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho
- Normas Interpretativas (NI)

- 2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e resultados da GDA.

- 2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do período anterior:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro do Ano 2017, com exceção da rubrica "Ajustamentos/Outras Variações patrimoniais", que no exercício de 2017 evidenciou o ajustamento de justo valor das aplicações de tesouraria incluídas na rubrica "Outros

MA
to
S

Ativos Correntes". Em 2018 este ajustamento foi contabilizado em contas de resultados.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.1.1. Continuidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL (Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho) em vigor à data da sua elaboração.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.2. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, estão registados ao custo de aquisição. As respectivas reintegrações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar, nº 2/90 de 12 de janeiro. Os Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2010 estão registados ao custo de aquisição. As respectivas depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro, tendo sido adoptado o disposto no artigo 19º do referido Decreto Regulamentar relativamente aos bens de reduzido valor (unitário = € 1000) amortizados no período de aquisição na sua totalidade.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Designação	Anos
Edifícios e Outras Construções	8 - 50
Equipamento Básico	5 - 10
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	1 - 10

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução de responsabilidade.

3.4. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

3.4.1. "Outros Activos Correntes"

Os Ativos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor.

3.4.2. "Caixa e Depósitos Bancários"

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis.

Os descobertos bancários a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Os depósitos bancários cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor.

3.4.3. "Clientes e Outros Créditos a Receber"

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido (situação não aplicável no caso de direitos por cobrar, atendendo a que a GDA não é a titular de tais direitos, não constituindo os mesmos rendimentos da Cooperativa, a qual procede ao respetivo débito e cobrança em nome e por conta dos seus membros, que são os titulares desses direitos).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores, de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

3.4.4. "Financiamentos Obtidos"

Os financiamentos obtidos são registados no passivo de acordo com o método do custo.

3.4.5. "Fornecedores e outras contas a pagar"

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo.

3.5. Activos e Passivos Contingentes

Os activos e passivos contingentes são definidos como situações que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

A GDA não reconhece activos nem passivos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios ou prejuízos económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então os activos ou passivos deixam de ser considerados contingentes, sendo reconhecidos pelo seu valor estimado.

3.6. Rendimentos e Gastos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros Ativos Correntes" e "Outros Passivos Correntes" ou "Diferimentos".

3.7. Imposto sobre o Rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" é calculado com base nos resultados tributáveis da GDA, de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

3.8. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Tal como mencionado na nota 2.3., as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, com excepção da rubrica "Ajustamentos/Outras Variações patrimoniais", que no exercício de 2017 evidenciou o ajustamento de justo valor das aplicações de tesouraria incluídas na rubrica "Outros Ativos Correntes". Em 2018 este ajustamento foi contabilizado em contas de resultados.

(a) Não foram efetuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

(b) Não foram identificados erros materiais que afetem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

4. Activos Fixos Tangíveis

Movimentos Ano 2018	Rubricas							Total
	Terrenos	Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Ativos fixos em curso	
Saldo Inicial								
Valor Aquisição	412 500,00	2 355 898,39	1 659,28	92 001,12	1 658,91	365 848,20	0,00	3 229 565,90
Depreciação Acumulada	0,00	-237 432,78	-1 659,28	-46 000,56	-1 658,91	-354 313,30	0,00	-641 064,83
Valor Líquido Inicial	412 500,00	2 118 465,61	0,00	46 000,56	0,00	11 534,90	0,00	2 588 501,07
Movimentos do ano:								
Aquisições						2 256,40		2 256,40
Alienações			1 659,28		1 658,91	40 915,81		44 234,00
Abates						77 767,31		77 767,31
Transferências								0,00
Dep. Acumul (Abates/Alien)			1 659,28		1 658,91	118 683,12		122 001,31
Depreciação do exercício		-44 649,10		-23 000,28		-5 972,27		-73 621,65
Total Movimentos	0,00	-44 649,10	3 318,56	-23 000,28	3 317,82	233 650,37	0,00	172 637,37
Saldo Final:								
Valor de Aquisição	412 500,00	2 355 898,39	0,00	92 001,12	0,00	249 421,48	0,00	3 109 820,99
Depreciação acumulada	0,00	-282 081,88	0,00	-69 000,84	0,00	-241 602,45	0,00	-592 685,17
Valor líquido final	412 500,00	2 073 816,51	0,00	23 000,28	0,00	7 819,03	0,00	2 517 135,82

Movimentos Ano 2017	Rubricas							Total
	Terrenos	Edifícios (A)	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Ativos fixos em curso	
Saldo Inicial								
Valor Aquisição	412 500,00	1 484 383,26	1 659,28	92 001,12	1 658,91	300 219,87	506 040,60	2 798 463,04
Depreciação Acumulada	0,00	-192 783,68	-1 659,28	-23 000,28	-1 658,95	-296 677,36	0,00	-515 779,55
Valor Líquido Inicial	412 500,00	1 291 599,58	0,00	69 000,84	-0,04	3 542,51	506 040,60	2 282 683,49
Movimentos do ano:								
Aquisições		871 515,13				65 628,33		937 143,46
Alienações								0,00
Abates								0,00
Transferências							-506 040,60	-506 040,60
Dep. Acumul (Abates/Alien)								0,00
Depreciação do exercício		-44 649,10		-23 000,28		-57 635,94		-125 285,32
Total Movimentos	0,00	826 866,03	0,00	-23 000,28	0,00	7 992,39	-506 040,60	306 817,54
Saldo Final:								
Valor de Aquisição	412 500,00	2 355 898,39	1 659,28	92 001,12	1 658,91	365 848,20	0,00	3 229 565,90
Depreciação acumulada	0,00	-237 432,78	-1 659,28	-46 000,56	-1 658,95	354 313,30	0,00	-641 064,87
Valor líquido final	412 500,00	2 118 465,61	0,00	46 000,56	-0,04	11 534,90	0,00	2 588 501,03

(A) O aumento registado na Rubrica do Ativo Tangível - Edifícios, no ano 2017, no montante de € 871 515,13, respeita às Obras de melhoria e adaptação da nova Sede - Edifício da Av^a. Defensores de Chaves em Lisboa. A taxa de depreciação anual considerada foi de 2% sobre o valor de aquisição do referido Edifício, bem como para o valor das obras de adaptação e melhoria da nova Sede. Este edifício foi adquirido em regime de locação financeira em 2014, por um período de 12 anos, tendo sido o ano 2017 o primeiro ano de utilização.

5. Activos Intangíveis

Movimentos Ano 2018	Rubrica	
	Sistema Informático "Rider Solution"	Total
Saldo Inicial:		
Valor Aquisição	401 459,70	401 459,70
Depreciação Acumulada	-401 459,70	-401 459,70
Valor Líquido Inicial	0,00	0,00
Movimentos do ano:		
Aquisições		0,00
Alienações		0,00
Abates		0,00
Transferências		0,00
Depreciação do exercício	0,00	0,00
Total Movimentos	0,00	0,00
Saldo Final:		
Valor de Aquisição	401 459,70	401 459,70
Depreciação acumulada	-401 459,70	-401 459,70
Valor líquido final	0,00	0,00

Movimentos Ano 2017	Rubrica	
	Sistema Informático "Rider Solution"	Total
Saldo Inicial:		
Valor Aquisição	401 459,70	401 459,70
Depreciação Acumulada	-267 613,04	-267 613,04
Valor Líquido Inicial	133.846,66	133.846,66
Movimentos do ano:		
Aquisições		0,00
Alienações		0,00
Abates		0,00
Transferências		0,00
Depreciação do exercício	-133 846,66	-133 846,66
Total Movimentos	-133.846,66	-133.846,66
Saldo Final:		
Valor de Aquisição	401 459,70	401 459,70
Depreciação acumulada	-401 459,70	-401 459,70
Valor líquido final	0,00	0,00

6. Investimentos Financeiros

O valor acumulado em 31 de dezembro de € 2 585.69, correspondente ao montante pago no âmbito do Fundo de Compensação de Trabalho, que foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

7. Créditos a Receber

	Ano 2018	Ano 2017
Cientes e Utentes		
Cientes / Utentes conta corrente		
Cientes Nacionais	3 982 112,27	2 787 873,94

8. Estado e Outros Entes Públicos

	Ano 2018		Ano 2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
IRC- Imposto S/Rendimento Pessoas Colectivas				
Pagam. Especial P/Conta			323,90	
A Reembolsar/Pagar	2 515,03			6 343,46
IRS- Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares		16 239,72	2 655,96	73 621,20
IVA- Imposto S/Valor Acrescentado		1 081,00		7 982,63
Contribuições P/Segurança Social	493,23	21 012,69	1 338,35	23 921,96
Fundos de Compensação		111,72	0,00	94,14
	3 008,26	38 445,13	4 318,21	111 963,39

9. Diferimentos

As Rubricas do Activo Corrente na conta Diferimentos apresentavam em 31 de dezembro 2018, os seguintes valores:

	Ano 2018	Ano 2017
<u>Gastos a Reconhecer</u>		
Rendas de Edifícios	1 117,90	1 117,90
Seguros	5 840,68	11 640,06
Outros Custos	31 382,07	23 345,58
	38 340,65	36 103,54
<u>Rendimentos a Reconhecer</u>		
Rendas Edifício Lumiar	3 000,00	0,00
	3 000,00	0,00

10. Outros Ativos Correntes

	Saldo 31/12/2017	Aumentos	Diminuições	Aumentos / Diminuições Justo Valor	Saldo 31/12/2018
Aplicações de Tesouraria	14 910 674,17	3 260 818,00	734 266,64	398 667,99	17 038 557,54
Outros Ativos Correntes	7 631,03	35 407,91	36 000,60	0,00	7 038,34
Total	14 918 305,20	3 296 225,91	770 267,24	398 667,99	17 045 595,88

Os "aumentos/diminuições de justo valor" resultam do ajustamento ao valor das aplicações financeiras com base na cotação a 31 de dezembro de 2018.

A rubrica "Outros Ativos Correntes" engloba valores que resultam de operações correntes com o pessoal.

11. Caixa e Depósitos Bancários

	Saldo 31/12/2017	Aumentos	Diminuições	Aumentos / Diminuições Justo Valor	Saldo 31/12/2018
Numerário	593,71	13 070 672,76	13 070 079,09	0,00	1 187,38
Depósitos à Ordem	5 506 350,91	24 541 711,33	27 830 695,03	0,00	2 217 367,21
Outros Depósitos bancários	4 494 473,20	7 500 398,00	4 243 039,22	0,00	7 751 831,98
Total	10 001 417,82	45 112 782,09	45 143 813,34	0,00	9 970 386,57

12. Fundos Patrimoniais

	Ano 2018	Ano 2017
Fundos - Cooperadores	154 439,99	141 364,99
Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	410 797,16	825 416,58
	565 237,15	966 781,57

12.1. A rubrica "Fundos – Cooperadores" registou um aumento de € 13.075,00, integralmente realizado, por entrada de 523 novos Cooperadores.

12.2. Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

	Ano 2018	Ano 2017
Prestações Suplementares Fundos	410 797,16	410 797,16
Ajustamentos ao justo valor:	0,00	414 619,42
<i>Aplicações Financeiras</i>	0,00	412 683,85
<i>Outros Depósitos Bancários</i>	0,00	1 935,57
	410 797,16	825 416,58

Em 2018 o ajustamento ao justo valor foi registado na rubrica "Aumentos/Reduções Justo valor" (ver nota 20).

13. Financiamentos Obtidos

Bens em Regime de Locação Financeira em 31-12-2018:

	Valor de Compra	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Terrenos	325 000,00	0,00	325 000,00
Edifícios	1 069 900,00	42 796,00	1 027 104,00
Equipamento Transporte	92 001,12	69 000,84	23 000,28
	1 486 901,12	111 796,84	1 375 104,28

Os valores dos pagamentos das Locações Financeiras a efetuar são detalhados conforme se indica:

	Pagamentos	
	Capital	Juros
Pagamentos até 1 Ano	74 733,70	23 468,74
Pagamentos a mais de 1 Ano	540 590,82	66 435,74
	615 324,52	89 904,48

14. Fornecedores

	Ano 2018	Ano 2017
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores Nacionais	11 830,16	51 818,39

Handwritten signature and initials in blue ink.

15. Outros Passivos Correntes

15.1. Cooperadores e Entidades Relacionadas

A rubrica de Outros Passivos Correntes na conta Cooperadores e Entidades Relacionadas apresentavam em 31 de dezembro, os seguintes valores:

	Ano 2018		Ano 2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Direitos a Distribuir (a)		24 806 011,17		19 781 959,06
Facturação em Análise		1 032 927,77		1 032 927,77
Reclamações e Prescrições		3 671 933,09		4 997 275,65
Outros Valores		459 661,27		346 033,64
	0,00	29 970 533,30	0,00	26 158 196,12

(a) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respetivos titulares, bem como os que ainda aguardam análise e tratamento para colocação à disposição dos mesmos.

15.2. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica de Outros Passivos Correntes, na conta Outras Contas a Pagar apresentavam em 31 de dezembro, os seguintes valores:

	Ano 2018		Ano 2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Remunerações a Liquidar		150 417,78		145 238,00
Fundo Legal-Reserva Contencioso		701 479,15		872 514,14
Fundo Reserva - F.Social		183 299,16		181 887,02
Fundo Reserva - F.Cultural		8 932,55		8 932,55
Fundo Cultural - AGE COP		1 195 614,47		1 041 646,38
Receitas Estatutárias Art. 8º Fundação GDA		108 000,00		108 000,00
Caução Edifício Lumiar		6 000,00		0,00
Outros valores		1 051,77		792,99
	0,00	2 354 794,88	0,00	2 359 011,08
Total dos Outros Passivos Correntes	0,00	32 325 328,18	0,00	28 517 207,20

16. Repartição do Valor da Facturação de Direitos Emitida

ANO	Facturação Total	Taxa de Administração	%	Fundação GDA	Fundo Legal	VALORES A DISTRIBUIR	
						Fonogramas	Audiovisual
2018	10 475 322,78	2 027 819,55	19,4%	1 175 570,99	0,00	4 314 918,89	2 957 013,35
2017	8 705 151,46	1 770 929,63	20%	904 387,74	0,00	3 534 407,78	2 495 426,31

17. Serviços Prestados

	Ano 2018	Ano 2017
<u>Prestações de Serviços</u>		
Taxa Administração	2 027 819,55	1 770 929,63

18. Fornecimentos e Serviços Externos

Detalhe das principais rubricas da Conta Fornecimentos e Serviços Externos:

	Ano 2018	Ano 2017
Trabalhos especializados	491 491,11	461 374,52
Publicidade e propaganda	5 426,27	9 700,44
Honorários	33 573,70	17 606,00
Conservação e reparação	10 935,38	3 679,71
Outros fornec. Serviços	7 022,49	12 867,35
Ferramentas e utensílios	15 666,22	6 539,03
Material de escritório	9 340,25	16 595,93
Artigos para oferta	12 654,40	7 000,00
Electricidade	13 510,48	12 742,08
Combustíveis	3 397,71	3 137,20
Deslocações e estadas	38 483,29	33 640,15
Rendas e alugueres	27 958,54	25 913,84
Comunicação	36 544,86	43 872,84
Seguros	7 257,77	7 292,60
Despesas de representação	26 502,30	14 024,55
Limpeza, higiene e conforto	10 228,58	10 453,03
	749 993,35	686 439,27

19. Gastos com o Pessoal

19.1. Durante o exercício de 2018, a GDA teve ao seu serviço, em média 27 Colaboradores (29 em 2017).

19.2. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

	Ano 2018	Ano 2017
Membros da Direcção		
Remunerações	259 068,00	239 129,65
	259 068,00	239 129,65

19.3. Gastos Totais com Pessoal

Detalhe da rubrica gastos com pessoal:

	Ano 2018	Ano 2017
Remunerações	852 378,57	824 480,39
Encargos Sobre Remunerações	185 752,10	182 089,66
Outros Gastos C/Pessoal	66 645,83	77 533,23
	1 104 776,50	1 084 103,28

20. Aumentos/Reduções Justo Valor

	Ano 2018	Ano 2017
Ajustamentos Negativos		
Perdas em Instrumentos Financeiros	398 667,99	0,00

Em 2017 o ajustamento foi registado na rubrica "Ajustamentos/Variações nos Fundos Patrimoniais (ver nota 12.2).

21. Outros Rendimentos

	Ano 2018	Ano 2017
Aluguer Edifício Lumiar	31 500,00	0,00
Prestação Serviços - Representação	26 536,60	29 214,76
Ganhos em Aplicações Financeiras	156 817,70	187 188,37
Imputação Apoios P/Investimento	0,00	178 046,71
Juros Obtidos - Depósitos	16 864,35	29 213,56
Juros Obrigações	71 201,44	82 082,64
Aplicações Financeiras - Dividendos	22 358,57	24 100,08
Outros Ganhos	400 057,10	2 364,38
	725 335,76	532 210,50

22. Outros Gastos

	Ano 2018	Ano 2017
Impostos Directos - IMI	2 409,84	2 409,84
Impostos Indirectos - IVA, IS, IUC	26 774,43	24 354,97
Donativos	0,00	200,00
Quotizações	50 526,54	41 615,45
Perdas em Aplicações Financeiras	122 949,94	49 449,63
Outros Gastos	479,88	877,08
Despesas C/Serviços Bancários	4 238,96	4 234,30
Encargos c/ gestão de aplicações financeiras	185 994,13	121 097,31
	393 373,72	244 238,58

23. Juros e Gastos Similares Suportados

	Ano 2018	Ano 2017
Juros Suportados	14 912,10	16 671,17



24. Imposto s/ Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento contabilizado no período no montante de Euros 17 810,00 respeita à Colecta apurada sobre o Resultado Tributável e Tributação Autónoma em sede de IRC e respetiva Derrama.

25. Acontecimentos após a Data do Balanço

A Direção da GDA não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2019 que possam ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras respeitantes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

Lisboa, 24 de abril de 2019

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23168)

A Direção

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Caros Cooperadores,

No cumprimento e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre as contas da **GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2018.

Os membros do Conselho Fiscal acompanharam, com regularidade, durante o ano de 2018, a atividade da **GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, tendo procedido ao exame dos livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatando a observância da lei e dos estatutos, tendo reunido com a Direção e obtido os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do processo de encerramento de contas, o Conselho Fiscal procedeu à análise e apreciação do Relatório de Atividades e das contas do ano de 2018, assim como do correspondente Relatório anual sobre a transparência, previsto nos artigos 26.º e 26.º-A da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei n.º 100/2017, de 23 de agosto. O vogal Revisor Oficial de Contas procedeu a exame às contas com a extensão e profundidade consideradas necessárias e convenientes, tendo em vista a emissão da respetiva Certificação Legal das Contas.

O Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 33.559.165,14 euros e um total de fundos patrimoniais de 565.237,15 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Atividades, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas emitida pelo vogal Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Cooperativa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor, nada nos tendo sido reportado ou de que tivéssemos tido conhecimento em contrário.

O Conselho Fiscal sublinha ainda a redução da taxa de administração praticada no ano de 2018, para cerca de 19,4%.

Assim, em resultado do trabalho desenvolvido, somos de parecer:

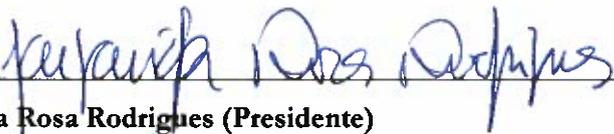


1. Que sejam aprovados o Relatório de Atividades bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Direção e relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2018, assim como o correspondente Relatório anual sobre a transparência.
2. Que seja aprovado o resultado do ano de 2018, o qual apresenta valor nulo.

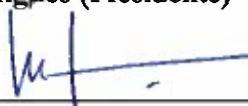
Por fim, agradecemos a colaboração sempre recebida da Direção e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar no âmbito das nossas funções.

Lisboa, 24 de abril de 2019

O CONSELHO FISCAL



Margarida Rosa Rodrigues (Presidente)



Beto Betuk (Secretário)



ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA. (Vogal)
Representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)



ROMÃO & VICENTE

SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 33.559.165,14 euros e um total de fundos patrimoniais de 565.237,15 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

ROMÃO & VICENTE - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Av. 5 de Outubro, n.º 85, 3.º | 1050-050 Lisboa | www.rvsroc.pt
Telefone 213 860 743 | Fax 212 841 520 | Email geral@rvsroc.pt

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,



devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório anual sobre a transparência

Em nossa opinião, o relatório anual sobre a transparência foi preparado de acordo com a lei aplicável em vigor (artigos 26.º e 26.º-A da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei n.º 100/2017, de 23 de agosto) e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 24 de abril de 2019



ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)





**Gestão
dos Direitos
dos Artistas**